

## **ATA DA 1ª REUNIÃO DO CONSELHO DE TURISMO DO PÓLO COSTA DOS ARRECIFES**

LOCAL: SALÃO PANORÂMICO DO HOTEL RECIFE PALACE — RECIFE - PE

DATA: 25/06/2003

### **ABERTURA**

Ernesto Leite, do Banco do Nordeste (BNB) — Em nome do ‘Banco do Nordeste e do Governo do Estado, deu as boas-vindas aos participantes do evento, destacou a presença de autoridades municipais e reforçou o caráter de “reunião de trabalho” daquele encontro. Procedeu á chamada dos 36 membros (entidades) do Conselho, ressaltando a diversidade da composição, e solicitou que os conselheiros que ainda não estivessem nos seus devidos lugares que, por favor, o fizessem. Procedeu à leitura da pauta e pediu que os membros do conselho fizessem sua auto-apresentação.

Conselheiros - Disseram seus nomes e as respectivas entidades que representavam.

Ernesto Leite, do Banco do Nordeste - Concluídas as apresentações agradeceu aos membros e deu procedimento aos trabalhos, passando A palavra para o Superintendente para os estados de Pernambuco e da Paraíba, João Nilton de Castro Martins.

João Nilton do Banco do Nordeste - Saudou todos os presentes, secretários e demais autoridades, bem como o diretor do Banco, Pedro Eugênio. Disse que o objetivo principal daquela primeira reunião do Conselho de Turismo de Pólo Costa dos Arrecifes era a apresentação e validação do Plano de Desenvolvimento integrado de Turismo Sustentável (PDITS), convidando o secretário Alexandre Valença a fazer a abertura oficial do encontro.

Alexandre Valença da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Turismo e Esportes — Iniciou sua fala saudando o diretor do Banco, Pedro Eugênio, e, em seguida, destacou a sua satisfação em participar da reunião, ressaltando que o Conselho já era um dos frutos do PRODETUR/NE. Salientou a relevância do Programa, destacando a importância do mesmo para a consolidação da infraestrutura necessária à atividade turística. Falou sobre os festejos e demais manifestações existentes no Estado e sobre a satisfação dos visitantes quando vêm para Pernambuco. Destacou a participação intensa dos municípios no Programa e a importância desse fato, reforçando que era nas localidades que o turismo acontecia. Desejou uma boa reunião a todos e manifestou o seu desejo de que o Plano fosse aprovado.

Pedro Eugênio, do Banco do Nordeste — Cumprimentou todos os presentes na pessoa do secretário Alexandre Valença. Disse que aquele momento era extremamente importante no processo de implementação do PRODETUR/NE, falando sobre o papel do Banco enquanto órgão gestor do Programa e da

parceria com os estados. Sobre a contratação da consultoria que auxiliaria o BNB na análise técnica dos projetos do PRODETUR/NE, disse que a mesma estaria sendo contratada no próximo mês, juntamente com outra empresa responsável pela capacitação dos técnicos do Banco, com vistas a agilizar a realização do PRODETUR/NE II. Destacou que a Terceira Etapa (o PRODETUR/NE III) não era apenas uma intenção, mas um fato já acordado verbalmente com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), o qual seria iniciado assim que a segunda etapa fosse finalizada.

Afirmou que, para o andamento do PRODETUR/NE II, restava assinar os contratos de sub-empréstimo com os estados e, uma vez aprovados os Planos, o Programa teria início. Falou sobre os contatos mantidos com o Banco Mundial em relação às ações de capacitação e de fortalecimento institucional dos municípios, reforçando a importância que as municipalidades têm na implementação de qualquer programa, especialmente no que se refere às obras de infra-estrutura e meio ambiente, e que a ênfase no desenvolvimento sustentável do turismo será intensa no PDITS.

Destacou que o Conselho tinha natureza consultiva, não deliberativa, mas reforçou a importância de que aquela reunião não fosse apenas um evento burocrático, mas sim uma reunião de trabalho de fato, pedindo que todos se sentissem à vontade para fazer comentários e sugestões que pudessem enriquecer o Plano.

À guisa de conclusão, falou da parceria com o Ministério do Esporte e Turismo (MET) e desejou uma boa reunião para todos.

## **INFORMES SOBRE O PRODETUR**

João Nilton, do Banco do Nordeste - Fez uma breve apresentação sobre o Programa, falando sobre as realizações da Primeira Etapa, em todos os componentes, e os resultados alcançados (empregos gerados, aumento do fluxo, etc.). Acerca dos dados sobre o Programa em Pernambuco, comentou sobre os recursos financeiros utilizados e as principais obras e projetos concluídos.

Em relação ao PRODETUR/NE II, falou que o objetivo principal do Programa era melhorar a qualidade de vida da população, bem como a qualidade ambiental, complementando a infra-estrutura turística, melhorando a capacidade de gestão dos municípios ampliando as ofertas de treinamento e incentivando a promoção de investimentos do setor privado. Sobre os impactos esperados, destacou a necessidade de garantir a sustentabilidade dos investimentos realizados no PRODETUR/NE I e o processo participativo que ensejava aquela segunda etapa. Mostrou, em seguida, a composição do Pólo, citando todos os municípios e o Distrito Estadual de Fernando de Noronha.

Abordou ainda o Conselho de Turismo, a forma participativa como ele havia sido constituído, as diretrizes e as atribuições do mesmo. Na seqüência, tratou das etapas já cumpridas, abordando a questão das reuniões temáticas para elaboração do PDITS, do processo de escolha dos conselheiros e da composição

final do Conselho. Sobre as próximas etapas, destacou a entrega e análise do PDITS pelo Banco do Nordeste e os demais procedimentos até a assinatura do contrato.

Em seguida falou sobre os critérios gerais de elegibilidade dos estados, incluindo a necessidade de aprovação pelo Senado, dentre outros requisitos. Mencionou a atuação do BNB no apoio à atividade turística, citando as principais linhas de crédito para o setor e os segmentos apoiados pela empresa (hospedagem, alimentação, agências de viagens e receptivo, etc.), tais como o PROATUR, que utilizava recursos do FNE, e as linhas de crédito do BNDES através do programa Nordeste Competitivo. Abordou também o financiamento para o setor informal, realizados através do Crediartesanato e do Crediamigo.

## **APRESENTAÇÃO DO PDITS**

Luís Castanha, da Unidade Executiva Estadual (UEE/PE) - Iniciou sua apresentação cumprimentando os presentes. Em seguida, falou sobre a sua atuação profissional anterior à gestão do PRODETUR/NE e a satisfação que sentia em estar participando da consolidação do turismo no Estado, cuja oportunidade lhe permitia aliar a sua experiência prática com as necessidades do Programa.

Apresentou a estratégia adotada pelo Governo do Estado para desenvolver o turismo, reforçando que a escolha do Pólo do Litoral foi feita em função da necessidade de otimizar a aplicação dos investimentos, haja vista a premissa do PRODETUR/NE II de consolidar o que já havia sido feito na primeira etapa, que investiu em sete municípios do litoral.

Sobre o PRODETUR/NE I e o PDITS, destacou que Plano foi elaborado tomando por base o Termo de Referência definido pelo BID, o qual teve diversas versões. Enfatizou a questão da necessidade de completar e complementar as ações da primeira etapa, princípio este que norteou a elaboração do PDITS.

Destacou o processo participativo que foi adotado para elaborar o Plano, descrevendo rapidamente cada etapa cumprida, desde a fase de diagnóstico até a apresentação e discussão do PDITS. Sobre as reuniões temáticas para apresentação do Plano, lembrou os encontros realizados nas municipalidades, do grupo de discussão via Internet e da reunião prévia ocorrida no dia 12 daquele mês.

Sobre o PDITS falou sobre as quatro fases para a elaboração do mesmo. Disse que a primeira fase tratou do planejamento e da análise do PRODETUR/NE I, feita a partir dos investimentos realizados e, complementarmente, sobre os passivos ambientais nos municípios que compõem o Centro Turístico de Guadalupe, onde as obras executadas comprometeram de forma mais acentuada a qualidade ambiental do entorno. Sobre a segunda fase, disse considerá-la uma das mais importantes, pois ela fez um diagnóstico minucioso da oferta turística e da situação atual dos municípios. A terceira fase, por sua vez, trabalhou os pontos fortes e os pontos fracos do turismo no Estado e buscou traçar as

principais Linhas de ação para “*otimizar as forças e reduzir as fragilidades, procurando aproveitar as oportunidades e antever as prováveis ameaças*”. Finalmente, sobre a quarta fase, disse que ela consistiu na elaboração do PDITS em si, destacando que o mesmo trabalha com um horizonte amplo (2005, 2010 e 2015) e é bastante abrangente, o que não impede que o mesmo venha a ser alterado ao longo do tempo, pelo contrário, afirmou que o mesmo precisa ser ajustado durante a sua implementação, em função da dinamicidade econômica e social e do horizonte trabalhado.

Falou sobre a importância dos grupos temáticos, bem como sobre a relevância dos mesmos para a consolidação do Programa. Em seguida, fez uma descrição dos componentes do programa, iniciando pelo Fortalecimento institucional dos municípios para a gestão do turismo, considerado um dos mais importantes para a sustentabilidade dos investimentos. O segundo componente abordado foi o de Planejamento estratégico, treinamento e infra-estrutura para o crescimento turístico, ressaltando, entre outras questões pertinentes, a importância do Plano Diretor (PD). Finalmente, falou sobre o terceiro componente, que tratava da Promoção do turismo, onde destacou a relevância das parcerias com a iniciativa privada, entendida como um elemento essencial para a alavancagem do turismo.

Sobre o Plano de Ação do PDITS, disse que o mesmo relacionava cerca de 220 ações. Em seguida, falou sobre alguns dos projetos elencados no Plano, reforçando a elaboração de planos diretores. Nesse caso, lembrou que Pernambuco contava com o diferencial de que vários dos seus municípios possuíam plantas diretoras, o que permitiria agilizar a elaboração do PD em si, sendo necessário apenas um up grade dessas plantas para, a partir daí, desenvolver os planos diretores.

Mencionou também a importância da criação de conselhos municipais de turismo e meio ambiente, destacando a atuação do Conselho Municipal de Desenvolvimento do Meio Ambiente de Tamandaré (Condema) e desejando que os demais se espelhassem naquela instituição para conduzir os seus trabalhos. Sobre o fortalecimento das gestões municipais, reforçou a importância de investir na capacidade de arrecadação, o que iria garantir o suporte e a sustentabilidade dos investimentos.

Sobre a gestão dos resíduos sólidos, mencionou a existência de planos já elaborados pela Secretaria de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente (SECTMA). Em relação ao patrimônio cultural, citou projetos como o Parque dos Guararapes, em Jaboatão, a recuperação de fortificações (tais como o forte de Santo Inácio, em Tamandaré), de engenhos e outros imóveis de valor histórico localizados no litoral.

Abordou também a urbanização de orlas, em áreas de praias (em Porto de Galinhas e Maracaipe, e a orla urbana de Brasília Teimosa) e na região portuária. Falou sobre a possibilidade de elaboração de projetos e estudos, como é o caso da região de Guadalupe, e citou os investimentos em projetos de divulgação. Salientou a construção de dois centros de educação profissional para o turismo, localizados um no litoral norte e outro no litoral sul.

Sobre infra-estrutura e outros sub-componentes destacou a obra do Aeroporto Internacional dos Guararapes (novo terminal de passageiros e acessos viários) e a climatização do Centro de Convenções. Mencionou outros projetos, tais como acessos, ciclovias, saneamento ambiental de Tamandaré, Paulista, Olinda e Fernando de Noronha. Fez um aparte sobre a questão do saneamento de Sirinhaém, cuja licitação estava em andamento, e citou que os demais municípios deveriam ser gradativamente contemplados com obras de saneamento.

Em relação à promoção dos investimentos privados no Pólo, falou sobre a realização de encontros e workshops para alavancar essa proposta.

Quanto aos recursos financeiros, mencionou os valores globais do Programa (US\$ 800 milhões para todos os estados, até a sua fase final) e, na seqüência, citou os valores estimados para cada sub-componente no PDITS de Pernambuco, os quais totalizavam cerca de US\$ 125.204 mil, sendo que as realizações dependeriam, em grande parte, da capacidade de endividamento do Estado e das propostas apresentadas pelos demais sub-mutuários.

Encerrando a sua fala, agradeceu a atenção de todos, informando que aquela era uma apresentação sucinta das mais de mil páginas do documento e que sua finalidade era poder contextualizar o PDITS aos presentes.

João Nilton, do Banco do Nordeste Destacou a objetividade da apresentação de Luís Castanha e lembrou que cada conselheiro recebeu um CD-ROM com cópia do documento principal, o qual continha a descrição de tudo o que havia sido falado.

Aproveitou o momento para registrar a presença do prefeito do Cabo de Santo Agostinho, Filas Comes, bem como do Secretário da Indústria, Comércio e Turismo de Jaboatão de Guararapes, Eduardo Gueiros. Em seguida, passou para a etapa de debates e consolidação das sugestões, a qual seria conduzida por Antônio Carlos, da UEEJPE.

## **DEBATES E CONSOLIDAÇÃO DAS SUGESTÕES**

Antônio Carlos, da UEEJPE — Lembrou da reunião prévia realizada na Superintendência Regional do Banco, na qual estiveram presentes os conselheiros e/ou seus representantes, sendo que as sugestões encaminhadas ao longo do processo foram sendo gradativamente incorporadas ao documento. Destacou as sugestões feitas pelas municipalidades e outras organizações por ocasião da reunião prévia, ressaltando que, naquele momento, só deveriam ser sugeridas ações que eventualmente não tivessem sido contempladas ou previamente acatadas pela equipe da UEE/PE.

Djailton Araújo, Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) — Disse que a equipe do Departamento de Turismo tinha feito uma análise aprofundada do Plano e expressou a impressão do corpo docente da Universidade de que o

PDITS era uma grande “colcha de retalhos”, lamentando que, uma vez mais, o Estado estivesse perdendo a oportunidade de fazer um Plano mais coerente.

O primeiro aspecto destacado foi a ausência de um direcionamento mais explícito para a questão do turismo de mergulho, o qual a equipe considerava um dos grandes diferenciais de Pernambuco, lembrando que se tratava de um segmento que propiciava grandes retornos financeiros e que tinha uma excelente oferta no Estado, em função, por exemplo, dos números naufrágios ocorridos na costa pernambucana.

Outra questão importante era a possibilidade de exploração turística do Rio Capibaribe, o que também não era citado no PDITS. Finalmente, ressaltou a questão da capacitação que, a despeito de ter sido mencionada continuamente, não estava claro, no Plano, onde nem quanto seria destinado para esse componente. Falou da relevância de investir em segmentos que representassem um diferencial do Estado em relação aos seus concorrentes.

Antônio Carlos — Respondendo à primeira questão exposta pelo Sr. Djailton, destacou que a intenção desta segunda etapa era corrigir alguns problemas identificados no PRODETUR/NE I, por exemplo, através da criação de um planejamento específico. Em seguida, mencionou as obras mais importantes realizadas naquela etapa, como o Centro de Convenções, a Torre Malakoff, a ampliação do pátio de estacionamento das aeronaves do Aeroporto e algumas estradas.

Afirmou que, em relação à versão do PDITS encaminhada para os conselheiros, o Plano já havia sido alterado em função das sugestões encaminhadas e que o mesmo seria reenviado, destacando que as sugestões sobre turismo de mergulho poderiam ser incorporadas e que a recuperação do Rio Capibaribe não foi inserida no PDITS porque este item (a recuperação de rios ou mananciais) não era um item contemplado pelo Programa. Disse ainda que as ações de capacitação, mesmo não tendo ficado claras, eram uma prioridade dentro do Programa.

Luis Castanha, da UEE/PE — Destacou os investimentos que estão destinados para o Circuito Náutico e que contemplam o turismo de mergulho, a partir da identificação de mais de 20 pontos de mergulho e de ações articuladas com o setor privado, no sentido de possibilitar a comercialização do produto, através do transporte receptivo dos turistas que buscam esse tipo de atividade.

Afirmou ainda que o PDITS busca incorporar as sugestões propostas e que, no que tange à capacitação, prevê-se a construção de dois centros de formação, um no litoral norte do Estado e outro no litoral sul, dentre outras ações, as quais totalizam mais de US\$ 3 milhões.

Elias Comes, município do Cabo de Santo Agostinho - Saudou os presentes e falou sobre a frustração em relação ao andamento do PRODETUR/NE no Estado. Referiu-se à ausência do município do Cabo de Santo Agostinho no Plano de Ação apresentado, mas afirmou não querer entrar em pormenores.

Falou sobre o erro estratégico do Estado quando resolveu investir em novos destinos, como Guadalupe, antes de consolidar os destinos já existentes, como o Cabo, por exemplo. Falou sobre a luta para a inclusão desse município no Pólo e da decepção em relação ao plano de investimentos, o qual relaciona ações e projetos que beneficiam outros municípios, sem que fiquem claros os critérios de escolha.

Disse que não vai permitir que os mesmos erros sejam repetidos e que a população cabense tem direito a uma satisfação, em função das expectativas geradas pelo Programa. Propôs aos conselheiros que fossem definidos alguns critérios para a implementação das ações, sendo que o primeiro deles deveria ser a existência de projetos executivos prontos.

Por fim, destacou a importância de que o Governo do Estado delegue a execução de certas obras para os municípios que apresentem capacidade gerencial para tanto, reservando ao Poder Estadual a fiscalização dos projetos, o que poderia onerar menos o próprio Estado.

Antônio Carlos, da UEE/PE — Sobre as ações do PRODETUR/NE I, disse que estados como Ceará, Bahia e Rio Grande do Norte investiram nos seus respectivos aeroportos, o que consumiu grande parte dos recursos. Sobre os projetos selecionados, disse que os critérios para a sua inclusão / seleção estão definidos no Regulamento Operativo. Por fim, em relação à delegação de ações para os municípios, disse que não havia previsão inicial em relação ao tema.

Elias Gomes, município do Cabo de Santo Agostinho — Complementou afirmando que não existia impedimento legal para a realização de obras pelas municipalidades, que isso já havia sido realizado em outras ocasiões, com recursos do Banco Mundial, por exemplo, e sob a supervisão da FIDEM.

Luís Castanha, da UEE/PE — Respondendo ao adendo do prefeito Elias Gomes, falou sobre o processo de liberação dos recursos e de realização dos projetos, lembrando que cada obra deverá ser analisada individualmente. Sobre o sentimento de frustração em relação aos projetos elencados, destacou que só havia mencionado alguns na sua apresentação, não a totalidade dos projetos. Por fim, lembrou que os critérios de seleção das ações não foram definidos pelo Estado, mas previamente determinados pelo Banco Interamericano, através de critérios de priorização, sendo que o principal era a questão do completar e complementar o que já tinha sido feito na primeira etapa.

Elias Gomes, da prefeitura do Cabo de Santo Agostinho — Dirigindo-se ao diretor do BNB, Pedro Eugênio, pediu que fossem acrescentados aos critérios pré-estabelecidos, a capacidade de execução imediata das obras por parte dos municípios.

Luis Castanha, da UEE/PE — Complementou sua explanação esclarecendo que também estavam sendo observados os municípios que sofreram impactos das ações realizadas pela primeira etapa.

Elias Comes, da prefeitura do Cabo de Santo Agostinho - Lembrou que o Cabo de Santo Agostinho recebeu forte impacto do fluxo crescente de Porto de Galinhas e que o seu município estava pronto para iniciar o Programa.

Luís Castanha, da UEE/PE - Disse que o Programa busca reforçar a capacidade dos municípios em aumentar a permanência dos turistas, o que ia ao encontro das aspirações do Cabo.

Pedro Eugênio, do BNB — Disse que o PRODETUR/NE II está voltado para promover a melhoria na qualidade de vida da população é que é preciso haver integração entre as ações, porque se o Programa se restringir a atender as ações pontuais, estará cumprindo muito menos do que poderia. Dirigindo-se especificamente ao prefeito do Cabo de Santo Agostinho, disse que o Banco do Nordeste observaria a lógica do desenvolvimento, atentando para os eventuais impactos gerados pelo turismo nos diversos municípios.

Complementou afirmando que a estratégia adotada pelo Brasil no sentido vender “sol e praia” não se sustenta no longo prazo e que o país precisa investir na diversidade e na singularidade da sua oferta, a exemplo de sua rica cultura, sendo que todos esses temas estavam sendo discutidos com o MET - Ministério de Esportes e Turismo.

Sobre a transferência de ações para os municípios, lembrou que o mutuário do Programa é o Governo do Estado, uma vez que, não sendo recursos a fundo perdido, cada centavo financiado seria pago e a responsabilidade pela execução era do Estado, não estando prevista essa delegação de atribuições. O aspecto central do Programa era fortalecer a capacidade de gestão do turismo por parte dos municípios, o que superava significativamente a simples realização de obras. Ressaltou ainda que, na sua opinião, os municípios deverão ter as suas próprias atribuições, à medida que os planos forem sendo executados, a exemplo da gestão da limpeza urbana e a sustentabilidade local, por exemplo. Contudo, salientou que não há, a rigor, nenhuma proibição legal para que os municípios assumam a execução de determinadas obras, devendo ser negociado caso a caso.

Petrônio Omar, Pró-Cidadania - Considerando que o Conselho não pretendia ser apenas uma instância burocrática, ratificou a sugestão da UFPE sobre o potencial do Rio Capibaribe para o turismo local, lembrando que o projeto de recuperação é bastante antigo e que há anos vem sendo discutido, sem que nenhuma ação efetiva tenha sido realizada neste sentido.

Em seguida, sugeriu unia melhor administração do tempo da reunião, a fim de que todos pudessem se manifestar. Finalizou reforçando a importância da capacitação, lembrando que não adiantava preparar a localidade para ter uma infra-estrutura turística se e não dispusesse de pessoal qualificado para receber esse turista.

Antônio Carlos, da UEBPE — Relembrou que o Regulamento Operativo não contemplava a revitalização de rios e que, mesmo não sendo esta uma questão fechada, negociar novos componentes, nesse momento, seria difícil e beneficiaria quase que exclusivamente a cidade do Recife, uma vez que poucas cidades da região possuem aquela peculiaridade geográfica.

Geraldo Blauth, do Senac - Lembrou uma matéria veiculada no jornal Gazeta Mercantil sobre os impactos negativos sofridos por Porto Seguro em função do crescimento descontrolado do fluxo turístico associado à mão-de-obra trazida para a realização das obras civis, o que infelizmente, já vinha sendo diagnosticado em Porto de Galinhas.

Salientou a relevância do PRODETUR/NE II, especialmente em relação à previsão de capacitação para os diversos atores envolvidos na atividade turística, incluindo gestores públicos e agentes privados. Destacou os centros de treinamento previstos no Plano e falou sobre os recursos mobilizados pelo Senac, da ordem de US\$ 250 mil por mês só para o turismo, sugerindo que fossem reprogramados os investimentos ou que a aprovação fosse adiada, uma vez que, na sua visão como especialista na área de capacitação, os recursos destinados para este item, no Estado de Pernambuco, eram ínfimos.

Luis Castanha, da UEE/PE - Falou que a criação dos grupos temáticos buscava, entre outras ações, desenhar melhor determinados componentes e que contava com a participação do Senac em uma das equipes a serem formadas.

Geraldo Blauth, do Senac - Complementou sua fala ratificando que destinar 2% de recursos para treinamento da mão-de-obra era muito pouco, sendo esta a sua principal preocupação. Complementarmente, disse que reconhecia que não cabia exclusivamente ao poder público criar esses espaços de capacitação, que era importante a parceria dos agentes privados.

Luís Castanha, da UEE/PE - Disse que o Estado estaria se articulando para incorporar outras fontes ao PDITS, o que poderia vir a maximizar as ações.

Lúcio Santos, de Ipojuca - Falou sobre as discussões que estão sendo realizadas no município, tanto em relação à Agenda 21 quanto ao Plano Diretor, o que, fatalmente, alteraria as ações definidas no PDITS para Ipojuca. Neste sentido, afirmou que esperava a compreensão da Unidade Executora quando, num futuro próximo, as ações viessem a ser modificadas. Por fim, reforçou também a importância de recuperação do Rio Capibaribe.

Luis Castanha, da UEE/PE - Ratificou a questão da impossibilidade de investir no referido rio.

Romeu Batista, da Secretaria de Turismo e Esportes do Recife - Disse que os projetos de valorização do Rio Capibaribe não são tão simples quanto se pensa, pois envolvem as demais bacias e outros municípios, mas salientou que a Prefeitura da Cidade previa a realização de algumas ações na área de recursos hídricos.

Beatrice Padovani, do Condema - Lembrando que uma parte dos recursos do PRODETUR/NE II não haviam sido utilizados, questionou se os mesmos seriam utilizados em ações mitigadoras das obras da primeira etapa. Complementarmente, sugeriu que sejam previstos recursos para resolver os eventuais passivos ambientais do Programa.

Luis Castanha, da UEE/PE - Disse que as obras não executadas no PRODETUR/NE I foram transferidas para esta segunda etapa e que os passivos ambientais seriam mitigados com recursos da contrapartida.

César Barros, da Urb-Recife - Falou sobre as diversas ações que estão sendo implementadas pela Prefeitura na questão ambiental que, inclusive, já melhoraram consideravelmente a navegabilidade do Rio Capibaribe. Além disso, afirmou que a Prefeitura do Recife também dispunha de diversos outros projetos voltados para a potencialização do turismo, tais como a recuperação da Cruz do Patrão, do Cais da Rua da Aurora e do Parque Capibaribe. Questionou sobre o acatamento de contrapartidas para os projetos já realizados e a possibilidade de novos investimentos no Terminal Marítimo.

Luis Castanha, da UEE/PE - Sobre o Terminal Marítimo, explicou os problemas relacionados ao assunto, enfatizando a questão do alfandeamento e da dragagem. Disse que a administração do Porto do Recife e o Governo do Estado estavam buscando recursos para realizar a dragagem, com outras fontes, haja vista o fato de que o PRODETUR/NE não financiava esse tipo de ação. Sobre as contrapartidas, disse que a coordenadora Regina Galdêncio, da Prefeitura do Recife, conhecia os procedimentos e já estava se articulando no sentido de apresentar os processos licitatórios ao Banco do Nordeste.

Fernando Pessoa, Secretário de Governo de Igarassu - Destacou a presença do Dr. Pedro Eugênio na diretoria do Banco, ressaltando a capacidade do mesmo nas questões de turismo, bem como salientou a questão da oscilação da moeda americana para baixo, o que comprometia o uso dos recursos previstos na execução das obras, uma vez que o montante efetivamente contratado poderia ser menor do que o valor pleiteado. Ratificou a preocupação do prefeito Elias Gomes quanto aos investimentos previstos, destacando que os recursos destinados a resíduos sólidos eram muito pequenos. Finalizando, disse que a questão da promoção do turismo era essencial porque era preciso "avisar aos turistas" que o Estado estava fazendo esses investimentos e que Pernambuco dispunha dessa oferta.

Antônio Carlos, da UEE/PE - Respondendo à fala do Secretário Fernando Pessoa, informou que o PRODETUR II contempla o financiamento dos Planos de Marketing para os pólos turísticos, o que não tinha acontecido na primeira etapa do programa, e que, portanto, essa divulgação seria realizada.

Aubiorgio Souza, da Caixa Econômica Federal - Falou da satisfação em visitar a Casa do Artesanato, em Bezerros, destacando que aquele era um excelente atrativo e uma ação muito relevante, especialmente quando se pensava na questão da capacitação. Como questões essenciais para o turismo, falou sobre a

questão da disponibilidade de crédito e do diferencial do atrativo e, nesse sentido, ratificou a importância do Rio Capibaribe e destacou que, no âmbito do PRODETUR/NE II, um projeto dessa natureza se inseria tanto na questão do saneamento quanto do meio ambiente. Finalmente, disse que entre os principais diferenciais do Estado estava a Torre do Zepelin, único exemplar do mundo, que vinha inclusive sendo cobiçada pelo governo alemão. Neste sentido, propôs um exercício de ousadia e de valorização das potencialidades locais.

Antônio Calos, da UEE/PE Fez um resumo dos principais pontos abordados, afirmando que todas as sugestões seriam incorporadas ao PDITS.

## **POSICIONAMENTO DO CONSELHO SOBRE O PDITS**

João Nilton, do Banco do Nordeste Agradeceu a Antônio Carlos a condução dos trabalhos e destacou a presença dos prefeitos Luciana Santos, de Olinda, e Yves Ribeiro, de Igarassu. Informou que os pontos sugeridos seriam devidamente estudados e incluídos no Plano, cuja cópia contendo as atualizações seria novamente entregue, em CD-ROM, para os conselheiros. Na seqüência, solicitou que todos os representantes se debruçassem cuidadosamente sobre o PDITS, com vistas a enriquecer o projeto e conclamou a todos para que dessem suas contribuições.

Resumindo os pronunciamentos, destacou os seguintes pontos; a importância de que os municípios definam os projetos a serem incluídos e possam eventualmente ser envolvidos diretamente na execução das obras; a inclusão da recuperação do Rio Capibaribe no Plano, inserindo-o em um dos componentes definidos pelo Programa; criação de um centro para formação profissional, melhor descrito no Plano; o aumento a rubrica para capacitação, descrevendo melhor as ações; a revisão do montante destinado para resíduos sólidos; a priorização das obras que já tenham os seus projetos executivos; e previsão de mais investimentos em turismo de mergulho.

Solicitou que os conselheiros que concordam com o formato do PDITS, devidamente alterado com as sugestões propostas naquela ocasião, que permanecessem sentados.

Geraldo Blauth, do Senac - Pediu que fosse registrado a sua discordância sobre os valores destinados para capacitação, lembrando que haveria uma grande pressão política para aprovação de outros projetos menos importantes. Ratificou a sua posição, mencionando o comentário de diversos prefeitos sobre a relevância da capacitação para a consolidação do turismo. Disse que não adiantava investir milhões em obras de recuperação de rios, se não existisse capital humano para consolidar o turismo.

Petrônio Ornar, do Instituto Pró-Cidadania — Sugeriu que quem concordasse com o Plano que ficasse em pé e não o contrário. Em seguida, questionou à UEE/PE se o Conselho poderia redefinir a alocação dos recursos.

Luís Castanha, da UEE/PE - Afirmou que sim, a UEE/PE poderia rever as rubricas, mas lembrou que, naquele o momento, o Governo do Estado estava assumindo um compromisso formal no sentido de retificar as ações propostas para a capacitação.

Petrônio Omar, do Instituto Pró-Cidadania - Lembrou que houve um alto contingenciamento dos recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), cerca de 70%, o que significa que se tratava de uma “ilusão” pensar que os recursos daquele Fundo poderiam ser aplicados nas ações do PRODETUR/NE. Reafirmou a questão da capacitação e pediu um compromisso mais efetivo, sugerindo que, pelo menos, 6% dos recursos fossem destinados para a capacitação. Antecipando possíveis protestos, afirmou que não se tratava de uma perda de tempo, que aquele era um fórum de sugestões e inclusões. Em seguida, retirou a sua proposta, lembrando que a mesma é tão insignificante quanto os 2% previstos originalmente e, em seguida, pediu que o grupo se manifestasse sobre o tema.

Antônio Carlos, da UEEÍPE - Lembrou que não era uma atitude responsável definir aleatoriamente um percentual para capacitação, afirmando que os valores seriam analisados tecnicamente. Disse ainda que o PRODETURINE não se propunha resolver a carência de capacitação, mas minimizar o déficit.

Petrônio Omar, do Instituto Pró-Cidadania - Disse que se tratava de um processo de discussão e que se não existia espaço para os debates e negociações, naquele momento, ele abria mão da sua posição de conselheiro.

Leonardo Messias, do Condema - Disse que o Conselho dispunha de pessoas capazes de definir esses valores e questionou o porquê não fazê-lo naquele momento.

João Nilton, do Banco do Nordeste - Concordou em propor um indicativo para a questão da capacitação, mas lembrou que fatalmente o PDITS não agradaria integralmente aos diferentes atores e que o mesmo estava em construção permanente. Enfatizou que aquela reunião buscava cumprir mais uma etapa do Programa e que a postergação permanente da aprovação do Plano até que o mesmo agradasse a todos, haveria um atraso significativo no andamento do Programa no Estado.

Élder Lins Teixeira, do Sindicato das Empresas de Turismo do Estado de Pernambuco (Sindetur) - Retomou a questão dos recursos previstos e concordou com os comentários sobre a capacitação, propondo que o percentual não fosse definido sobre os valores previstos pelo Estado, mas sobre a totalidade do Programa. Sugeriu que fossem ampliados os valores ou que fosse criada uma comissão especial que pudesse defini-los melhor.

Luis Castanha, da UEE/PE - Destacou a criação de Grupos Temáticos, voltados para aprofundar os pontos críticos, propondo que os aspectos tratados por esses grupos sejam incorporados no Plano, uma vez que essas equipes, formadas por técnicos, deverão ser mais criteriosas na inclusão de ações.

Geraldo Blauth, do Senac - Ratificou a pergunta de Élder sobre a possibilidade de inclusão de novas ações para a capacitação.

Luis Castanha, da UEE/PE - Disse que eventuais inclusões não alterariam substancialmente o conteúdo do Plano, mas lembrou que era preciso propor ações tecnicamente viáveis, lembrando que não cabia definir percentuais aleatórios e que era preciso debruçar-se sobre as reais necessidades e mensurar os valores respectivos.

Geraldo Blauth, do Senac Perguntou se algum projeto previsto na primeira etapa do programa não havia sido realizado.

Luis Castanha, da UEE/PE - Explicou que os projetos previstos e não realizados tiveram os seus recursos remanejados para outros tens.

Pedro Eugênio do Banco do Nordeste - Lembrou que, primeiro, é preciso analisar a elegibilidade das ações propostas, ou seja, se ela está de acordo com a filosofia do Programa, relativamente às questões ambientais, culturais, econômicas e sociais e que, em seguida, é necessária a autorização do Banco do Nordeste para a execução dos projetos. Assim, esses dois filtros seriam utilizados para aprovar as ações pois, caso contrário, corria-se o risco de não manter a equidade na distribuição dos recursos, alocando os valores de forma desproporcional.

Disse que a capacitação e a certificação profissional precisam estar em sintonia com as ações programadas, e falou também da necessidade de priorizar a questão dos passivos ambientais. Na seqüência, afirmou que o Plano teria que ser dinâmico e interativo, destacando que a definição dos valores para capacitação precisaria ser melhor estudada.

Finalizou lembrando que as liberações seguem o fluxo de apresentação do Plano, o que significa que se o Conselho não aprovar o PDITS naquela ocasião, Pernambuco estará defasado em relação aos estados que já concluíram os seus Planos.

João Nilton, do Banco do Nordeste - Acatando a sugestão do conselheiro Petrônio Omar, pediu que dos 29 conselheiros presentes, aqueles que aprovassem o formato final do PDITS ficassem em pé.

João Nilton, do Banco do Nordeste - Após a movimentação dos conselheiros e contagem dos votos favoráveis á aprovação do Plano de Desenvolvimento Integrado de Turismo Sustentável, anunciou a aprovação do PDITS quase por unanimidade, faltando apenas um voto para tal, o do professor Djailton da UFPE. Em seguida, pediu que Ernesto apresentasse as propostas para os grupos temáticos, lembrando que outras sugestões seriam bem recebidas.

## **DEFINIÇÃO DE TEMAS PRIORITÁRIOS PARA O PÓLO**

Ernesto Leite, do Banco do Nordeste - Descreveu brevemente o formato, a composição e as atribuições dos Grupos Temáticos. Em seguida, propôs a formação de grupos voltados para o debate sobre patrimônio histórico, meio ambiente, resíduos sólidos, capacitação, promoção e divulgação institucional, segurança pública e receptivo turístico.

Jorge Carreiro, Secretário de Paulista - Sugeriu que os grupos não fossem tão pontuais, tentassem ser mais abrangentes. Propôs que os grupos temáticos se dedicassem aos grandes objetivos do Programa.

Luis Castanha, da UEE/PE - Para o grupo que discutiria a capacitação, sugeriu a inclusão das universidades, das entidades do sistema "S" (SENAC, SEBRAE, etc.) e das organizações não-governamentais.

João Nilton, do Banco do Nordeste - Propôs a incorporação das sugestões do secretário de Paulista e lembrou que as sugestões ora oferecidas pelo Banco não eram rígidas e tinham se baseado nas experiências nos demais Pólos.

Danilo de Freitas, da Associação dos Hotéis, Pousadas, Restaurar e Similares de Itamaracá (AHITA) Disse que era importante observar as necessidades dos turistas, lembrando que não adiantava propor produtos que não fossem "comprados" pelos visitantes.

Luís Castanha, da UEE/PE - Lembrou que era importante criar, a princípio, poucos grupos e, gradativamente, ir definindo outros, a partir da ação efetiva daqueles já constituídos. Propondo um resumo dos grupos, lembrou que alguns conselheiros tinham sugerido que os temas "meio ambiente" e "infra-estrutura" fossem reunidos num único grupo.

Berenice Vilanova, da Secretaria de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente - Sugeriu que o grupo trabalhasse em torno das unidades de conservação, uma vez que pelo menos 10 delas foram identificadas no território, apesar do litoral pernambucano conter 38 unidades de conservação. Sugeriu que outro assunto passível de discussão seria o ICMS sócio-ambiental, além dos resíduos sólidos.

Luis Castanha, da UEE/PE - Esclareceu que podem ser sugeridas sub-comissões dentro dos grupos e resumiu os 6 temas definidos: Desenvolvimento Institucional; Capacitação; Meio Ambiente e Infra-estrutura; Segurança Pública; Sinalização Pública e Patrimônio Histórico.

Luciana Santos, da Prefeitura de Olinda - Ressaltou a contradição relacionada ao tratamento dos resíduos sólidos no Estado que, apesar de sertão importante, só existia um aterro para resíduos sólidos em Pernambuco. Assim, sugeriu a formação de um grupo específico para trabalhar essa questão. Propôs ainda que, ao invés de Patrimônio Histórico, se utilizasse o termo Patrimônio Cultural, pela sua abrangência.

João Nilton, do Banco do Nordeste - Informou que, com a sugestão da prefeita de Olinda, já se tinha seis grupos formados.

Emanuel Paes Barreto, da Secretaria de Infra-estrutura - Reforçou a idéia de que os temas “infra-estrutura” e “meio ambiente” estão fortemente interligados, uma vez que os principais impactos ambientais no litoral são causados, em sua maioria, por obras de infra-estrutura, sendo perfeitamente aceitável que eles fiquem num único grupo temático.

Beatrice Padovani, do Condema - Propôs que o meio ambiente fosse tratado separadamente, concordando que ele permeava os demais segmentos, mas ainda assim deveria ter um grupo específico.

Luís Castanha, da UEE/PE - Sugeriu que dentro dos próprios grupos seja feita uma subdivisão, a fim de que os assuntos possam ser tratados de forma mais específica.

Leonardo Messias, do Condema - Lembrou que o grupo de meio ambiente não deveria tratar só dos passivos, mas de diversos outros aspectos, tais como a própria formação dos Conselhos Municipais de Meio-Ambiente, das Unidades de Conservação, da conscientização, etc.

João Nilton, do Banco do Nordeste - Conclamou os conselheiros a votarem esta questão, de agregar ou separar o tema “meio ambiente” de “infra-estrutura”, para evitar polêmicas que atrasassem o andamento da reunião.

Berenice Vilanova, da Secretaria de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente - Questionou se o grupo teria “pernas” suficientes para fazer os grupos temáticos funcionarem. Lembrou que cada grupo teria um coordenador com responsabilidades para cumprir, as quais somavam-se às atribuições cotidianas de cada pessoa. Na seqüência, sugeriu que o tema meio ambiente fosse tratado por todos os grupos.

## **FORMAÇÃO DE GRUPOS DE TRABALHO POR TEMA**

João Nilton, do Banco do Nordeste - Colocou em votação a definição dos temas, resumindo os comentários. Após a contagem dos votos, declarou a formação de cinco grupos temáticos: Capacitação, Desenvolvimento Institucional, Meio Ambiente e Infra-estrutura, Segurança Pública e Patrimônio Cultural. Em seguida, pediu que fossem definidos os coordenadores de cada grupo.

Para o primeiro grupo, Capacitação, foi definido o Senac como coordenador. Para o Desenvolvimento Institucional, entre as administrações municipais e órgãos públicos relacionados, foi designada para a coordenação a Caixa Econômica Federal.

Para o grupo Meio Ambiente e Infra-estrutura, entre as instituições participantes, foram definidos como coordenadores a Secretaria de Infra-estrutura e a da

Secretaria de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente, nas pessoas de Rosa Pandolfi e Berenice Vilanova, respectivamente.

Para o grupo temático Segurança Pública, a despeito da resistência dos presentes, a coordenação ficou a cargo da Prefeitura Municipal de Itamaracá, na pessoa do Sr. Nelson Holanda. Finalmente, para o grupo Patrimônio Cultural, caberia à Prefeitura Municipal de Olinda a coordenação dos trabalhos, na pessoa da Sra. Sônia Calheiros.

Berenice Vilanova da Secretaria de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente - Sugeriu a participação de um membro da Unidade Executora Estadual em cada grupo, a qual faria parte da secretaria executiva, uma vez que, isoladamente e sem suporte, as ações poderiam não ter efetividade.

Romero Pereira, do Distrito Estadual de Fernando de Noronha - Perguntou se era possível indicar técnicos para participar dos grupos, uma vez que nem sempre os conselheiros detinham a expertise necessária.

Berenice Vilanova, da Secretaria de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente - Retificando a sua colocação anterior, disse que onde havia sugerido a participação da UEE/PE fosse considerado o Banco do Nordeste como coordenador das atividades.

## **ENCERRAMENTO**

João Nilton, do Banco do Nordeste - Sinalizou a próxima reunião do Conselho para o dia 26 de agosto, dali a dois meses, quando deverão ser trazidas as contribuições. Pediu que os conselheiros preenchessem as avaliações disponibilizadas na abertura a fim de que o Banco do Nordeste pudesse aperfeiçoar os trabalhos daquele Conselho.

Luís Castanha, da UEE/PE - Tranqüilizou os participantes em relação ao PDITS, afirmando que o mesmo foi elaborado adotando critérios técnicos e lembrando que as sugestões pertinentes serão bem aceitas, destacando que boa parte das discussões teriam sido otimizadas se os recursos estivessem previamente definidos. Ressaltou ainda o clima de transparência que vinha permeando todo o trabalho.

Pedro Eugênio, do Banco do Nordeste - Agradeceu a presença dos participantes e ressaltou que o Programa está em consonância com o Plano Nacional de Turismo lançado pelo Governo Federal, o qual considera o segmento turístico um dos mais promissores para promover o desenvolvimento. Pediu sintonia e comprometimento dos participantes, lembrando que o processo será realimentado ao longo da sua implementação.